



**PARECER PRÉVIO Nº 22/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11529/2016.**

**Apenso:** Processo nº 11959/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Jutai.

**4- Responsável:** Sra. Marlene Gonçalves Cardoso, Prefeita Municipal de Jutai, à época.

**5- Exercício:** 2015.

**6- Advogado:** Sr. Ricardo Mendes Lasmar – OAB/AM nº 5.933.

**7- Unidade Técnica:** DICREA, DICAMI, DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1321/2017-MP-RMAM – do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 2038/2045).

**9- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Jutai. Exercício 2015.

*Emissão de Parecer Prévio recomendado a desaprovação das contas anuais.*

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelos arts. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, os termos da Proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1- Emite Parecer Prévio**, nos termos do art. 219, incisos I e II da Resolução nº 04/2002, o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96, bem como o art. 31, §2º da Constituição Federal, recomendando à Câmara Municipal de Jutai a desaprovação das Contas do Município de Jutai, exercício de 2015, conforme o disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002.

**11- Ata:** 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 03 de Maio de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello. Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**13.1- Auditor Presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.



**PARECER PRÉVIO Nº22/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 22/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11529/2016.**  
**Apenso:** Processo nº 11959/2015.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Jutai.
- 4- **Responsável:** Sra. Marlene Gonçalves Cardoso, Prefeita Municipal de Jutai, à época.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Advogado:** Sr. Ricardo Mendes Lasmar – OAB/AM nº 5.933.
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA, DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1321/2017-MP-RMAM – do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 2038/2045).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Jutai. Exercício 2015.

*Irregularidade. Multa. Prazo. Autorização. Ofício. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Jutai, durante o exercício de 2015, referente à Gestão em que a Senhora Marlene Gonçalves Cardoso figurou como Gestora, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;
- 10.2- Aplicar multa a Sra. Marlene Gonçalves Cardoso, responsável pela Prefeitura Municipal de Jutai, durante o exercício de 2015, no valor de R\$ 6.576,18 (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), sendo o valor de R\$ 1.096,03 por cada bimestre de atraso no prazo de envio do RREO ao Sistema GEFIS, uma vez que a impropriedade foi constatada em todos bimestres do exercício de 2015, com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012;
- 10.3- No que tange às impropriedades detectadas pelos Órgãos Técnicos, que se aplique multa à Sra. Marlene Gonçalves Cardoso, Gestora da Prefeitura Municipal de Jutai, durante o exercício de 2015, no valor de R\$ 30.000,00



**ACÓRDÃO Nº 22/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

(trinta mil reais), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, pelas seguintes violações:

- a) Não encaminhamento do Termo de Recebimento Definitivo, referente ao Termo de Contrato nº 001/2015, violando o disposto no art. 73, da Lei nº 8.666/93;
- b) Não comprovação de dispensa de Licitação, em afronta ao art. 37 da CRFB/88 e dos arts. 24 e 25, da Lei nº 8.666/93;
- c) Não comprovação de que os Decretos que abriram crédito suplementar foram publicados em ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO, contrariando o disposto no art. 105, parágrafo 8º, da Constituição do Estado do Amazonas;
- d) Pelo não cumprimento adequado das formalidades exigidas pela lei 4.320/64, em especial, no que tange ao artigo 60 e subsequentes, conforme demonstrado no item 11 desta Proposta de Voto;
- e) Ausência de repasse de recursos para manutenção de funcionamento dos Conselhos de educação e saúde no exercício de 2015, contrariando o que determina a legislação nacional, conforme demonstrado no item 18 desta Proposta de Voto;
- f) Descumprimento do limite estabelecido no art. 20, inciso III, “b”, da Lei Complementar 101/00 referente à despesa com pessoal do 1º semestre/15, conforme dados do Relatório de Gestão Fiscal informados ao Sistema GEFIS, conforme item 23 desta Proposta de Voto;
- g) Descumprimento do limite máximo de 54% da receita corrente líquida para os gastos com pessoal do poder executivo (prefeitura, fundos, fundações, autarquias, empresas estatais dependentes), contrariando o artigo 20, III, “b”, da Lei Complementar n.º 101/2000, conforme item 30 desta Proposta de Voto;
- h) Ausência do Plano Plurianual e da LDO no sistema E-Contas, contrariando o que dispõe a Resolução nº 24/2013-TCE/AM;

**10.4-** Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

**10.5-** Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;



**ACÓRDÃO Nº 22/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.6-** Oficiar o INSS, para que tome ciência dos achados de auditoria em matéria tributária e adotem as providências que entenderem necessárias, enviando-lhes cópias das peças devidas, conforme teor dos itens 27, 28 e 33 desta Proposta de Voto;
- 10.7-** Oficiar a PGE, para que tome ciência dos casos de nepotismo constatados pelo Órgão Técnico, conforme explorado no bojo do item 31 desta Proposta de Voto, enviando-lhes cópias das peças devidas, para adoção das providências que entender necessárias;
- 10.8-** Determinar ao titular da Prefeitura Municipal de Jutai:
- a) Que cumpra com rigor as determinações legais de publicidade dos atos governamentais, conforme art. 105, parágrafo 8º, da Constituição Estadual do Amazonas;
  - b) Que cumpra com rigor as determinações legais de inclusão de documentos no sistema e-contas, conforme dispõe a Resolução nº 24/2013-TCE/AM;
  - c) Que cumpra com rigor as determinações legais da lei 4.320/64;
  - d) Que cumpra com repasse de recursos para manutenção e funcionamento dos Conselhos de educação e saúde;
  - e) Que cumpra com rigor o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, momento o que preceitua os artigos 48, 52, 55, § 2º;
  - f) Que obedeça aos valores fixados como piso salarial aos professores da rede pública da municipalidade;
  - g) Que cumpra com rigor o estabelecido no art. 20, inciso III, “b”, da Lei Complementar 101/00 referente ao limite da despesa com pessoal;
  - h) Que proceda à exoneração, de imediato, dos servidores Raimundo Nonato Campos Mendes e Jorge Wilkerson Campos Mendes, se assim já não tiver feito, conforme item 31 da Proposta de Voto.
- 10.9-** Dar conhecimento à Câmara Municipal de JUTAI, conforme o inciso XIV, do art. 1º, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 5º, XIV, da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do Tribunal de Contas);
- 10.10-** Dar ciência da presente Decisão a todos os responsáveis.

**15- Ata:** 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**16- Data da Sessão:** 03 de Maio de 2018.

**17- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello. Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**13.1- Auditor Presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

**ACÓRDÃO Nº 22/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**18- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral